

Economia de improviso

Ricardo Noblat

VEM aí mais um ato para confirmar o improviso como método de governo e o sigilo absoluto como marca de administração legada pela República que se foi à República que ocupou o seu lugar. Possivelmente nesta quarta-feira, no horário nobre de televisão, o país assistirá a mais um capítulo da permanente e contínua intervenção do estado na economia nacional. Não mais que duas dezenas de pessoas, se tanto, cuidaram da confecção do novo pacote de medidas econômicas. Dele, há três semanas, não se cogitava. Está sendo embrulhado às pressas para ser despachado antes da viagem do presidente Sarney à Argentina.

Vive de espasmos o atual governo. Ou melhor: nasce e perece à beira do esgotamento a cada curto período de poucos meses. Começou tarde, ali por volta do início de junho do ano passado, depois da missa de 30º dia da morte do presidente Tancredo Neves. Na prática, começaria com a troca, no segundo semestre do ano, do ministro Francisco Dornelles pelo messiânico ministro Dilson Funaro. Entrou em agonia em fevereiro último, logo após a reforma do ministério. Renasceu com o cruzado e com o alarido provocado nas ruas pelas brigadas voluntárias de fiscais do presidente.

Apresentava, ultimamente, um quadro clínico de fraqueza que devevá ser debelado, nesta semana, com o pacote que arrefecerá o consumo e com o anúncio do plano de metas do governo. A reforma administrativa ficará para agosto. O cruzado forneceu ao país a falsa impressão de que um miraculoso decreto poderia eliminar a inflação sem meter a mão no bolso do contribuinte. Ou melhor: metendo a mão no seu bolso para recheá-lo com notas a salvo do risco da desvalorização. O pós-cruzado exibirá a conta a ser paga através dos empréstimos compulsórios que serão criados e de outros mecanismos que ainda ontem estavam sendo examinados.

O cruzado é filho legítimo, a nível de iniciativa e de proposta, pelo menos, do laboratório de fórmulas econômicas do Ministério do Planejamento. Aperfeiçoado por cérebros de fora do governo, atraiu a colaboração e o entusiasmo do ministro da Fazenda e dos seus assessores e foi oferecido à nação com a assinatura do governo como um todo. O sucesso obtido apressou os partidos políticos, à exceção do PT e do PDT, a subscrevê-lo. O pós-cruzado será filho de um único pai — a equipe de economistas lotada no Ministério da Fazenda e no Banco Central.

As circunstâncias poderão obrigar o ministro João Sayad a dizer o contrário, mas ele terá pouco ou nada a ver com o pacote que está prestes a ser despachado. Sayad preferia o modo natural de arrumação da economia. Não o assusta o recente surto de consumismo que empolga os brasileiros. Reservou-se o ministro a administrar o plano de metas que o presidente, na reunião de Carajás, há quase 2 meses, já lhe cobrara em termos duros. O plano servirá para que não se diga que o governo navega de acordo com o capricho dos ventos, mas para nada mais servirá. No máximo, sugerirá uma rota, apontará na direção de um porto — e é só.

Tem sido assim com todos os planos de metas de todos os governos. Dormem, empoeirados, nos arquivos da burocacia. Emperram na ausência de recursos, nos acidentes da conjuntura política e econômica e na pouca agilidade de uma máquina administrativa que o presidente Sarney, agora, pensa em reformar sem demitir ninguém — nem mesmo os funcionários ociosos que o mercado se encarregaria, naturalmente, de absorver. Os servidores federais somam cerca de 1 milhão e 800 mil. Só a folha de pagamento de pessoal do Banco do Brasil anda por volta dos 2 milhões de cruzados. Quer o governo operar a mágica de reformar a administração com o mínimo de cortes de despesas.

Há pouco tempo, em ocasiões distintas mas ambos comentando, informalmente, a situação do país, os economistas Edmar Bacha, presidente do IBGE, e Francisco Lopes, um dos ideólogos da reforma do cruzado, produziram observações que dão a medida das dificuldades enfrentadas pelo governo do presidente Sarney — e, dentro do governo, por aqueles diretamente responsáveis pela gestão econômica. “Se não houver uma certa recessão, a inflação poderá disparar mais uma vez”, admitiu Bacha. “O nosso impasse é que temos que administrar economia e índices de popularidade”, concedeu Lopes.

O impasse do governo do presidente Sarney está, originalmente, na fonte que lhe concedeu legitimidade, no modo inusitado e trágico com que se instalou e no estilo hesitante, avesso a gestos vigorosos, do seu titular. O estilo, pelo menos pode e deve ser alterado.